

enem2022

A REDAÇÃO DO ENEM 2022

CARTILHA DO
PARTICIPANTE

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
DAEB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | **DAEB**




enem2022

**A REDAÇÃO
DO ENEM 2022**

**CARTILHA DO
PARTICIPANTE**

Brasília-DF
Inep/MEC
2022





Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DAEB)

COORDENAÇÃO-GERAL DE EXAMES PARA
CERTIFICAÇÃO (CGEC/DAEB)

Fernanda Cristina dos Santos Campos

EQUIPE TÉCNICA

Adriana de Oliveira Barbosa

Anarcisa de Freitas Nascimento

Gizane Pereira da Silva

Patrícia Vieira Nunes

PRODUTO PI3 CARTILHA DO PARTICIPANTE:
A REDAÇÃO NO ENEM

Consoiciada Líder: FUNDAÇÃO CESGRANRIO,
pessoa jurídica de direito privado, com finalidade
educacional, cultural e assistencial, sem fins lucrativos,
inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.270.181/0001-16,
com sede na Rua Santa Alexandrina, nº 1.011,
Rio Comprido, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20261-235,
fax: (21) 2103-9604, telefone: (21) 2103-9605,
e-mail: presidencia@cesgranrio.org.br, sítio eletrônico:
www.cesgranrio.org.br.

Consoiciada: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS,
pessoa jurídica de direito privado, de caráter técnico-
científico e educativo, inscrita no CNPJ/MF sob o
nº 33.641.663/0001-44, com sede na Praia de Botafogo,
nº 190, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-010,
telefone: (21) 3799-5498, e-mail: fgvcnhecimento@fgv.
br, sítio eletrônico: https://portal.fgv.br.

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
(COEP)

Priscila Pereira Santos

ASSISTENTE TÉCNICO

Ricardo César Blezer

APOIO EDITORIAL

Janaína da Costa Santos

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO

Marcos Hartwich/Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

José Miguel dos Santos

REVISÃO GRÁFICA

Daniel Caixeta

Revisão Linguística sob responsabilidade da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb)

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais *Anísio Teixeira (Inep)*. *A redação no Enem 2022: cartilha do participante*. Brasília, 2022.



SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO
PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO
DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

APRESENTAÇÃO	4
1 MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA REDAÇÃO 2022	9
1.1 COMPETÊNCIA 1	9
1.2 COMPETÊNCIA 2	11
1.3 COMPETÊNCIA 3	16
1.4 COMPETÊNCIA 4	19
1.5 COMPETÊNCIA 5	21
1.6 RECOMENDAÇÕES GERAIS	24
2 AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2021	26
LEIA MAIS, SEJA MAIS!	45



APRESENTAÇÃO

Caro participante,

Você está se preparando para realizar o Enem 2022, constituído por quatro provas objetivas e uma prova de redação.

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender um **ponto de vista** – uma opinião a respeito do **tema** proposto –, apoiada em **argumentos** consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma **proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto**. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos.

TEMA



PONTO DE VISTA



ARGUMENTOS



PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO

A seguir, vamos esclarecer algumas dúvidas sobre o processo de avaliação.

QUEM VAI AVALIAR A REDAÇÃO?

O texto produzido por você será avaliado por, pelo menos, dois professores graduados em Letras ou Linguística, de forma independente, sem que um conheça a nota atribuída pelo outro.

COMO A REDAÇÃO SERÁ AVALIADA?

Os dois professores avaliarão seu desempenho de acordo com os critérios do quadro a seguir:

Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

COMO SERÁ ATRIBUÍDA A NOTA À REDAÇÃO?

Cada avaliador atribuirá uma nota entre 0 e 200 pontos para cada uma das cinco competências. A soma desses pontos comporá a nota total de cada avaliador, que pode chegar a 1.000 pontos. A nota final do participante será a **média aritmética** das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores.

O QUE É CONSIDERADO DISCREPÂNCIA?

Considera-se discrepância quando as notas atribuídas pelos avaliadores:

- diferirem em mais de 100 pontos no total; ou
- obtiverem diferença superior a 80 pontos em qualquer uma das competências.

QUAL A SOLUÇÃO PARA O CASO DE HAVER DISCREPÂNCIA ENTRE AS DUAS AVALIAÇÕES INICIAIS?

- A redação será avaliada, de forma independente, por um terceiro avaliador.
- A nota final será a média aritmética das duas notas totais que mais se aproximarem.

E SE A DISCREPÂNCIA AINDA CONTINUAR DEPOIS DA TERCEIRA AVALIAÇÃO?

A redação será avaliada por uma banca composta por três professores, que atribuirá a nota final do participante.

QUAIS AS RAZÕES PARA SE ATRIBUIR NOTA 0 (ZERO) A UMA REDAÇÃO?

A redação receberá nota 0 (zero) se apresentar uma das características a seguir:

- fuga total ao tema;
- não obediência ao tipo dissertativo-argumentativo;
- extensão de até 7 (sete) linhas manuscritas, qualquer que seja o conteúdo, ou extensão de até 10 (dez) linhas escritas no sistema Braille;
- cópia de texto(s) da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões sem que haja pelo menos 8 linhas de produção própria do participante;
- desenhos e outras formas propositais de anulação, em qualquer parte da folha de redação (incluindo os números das linhas na margem esquerda);
- números ou sinais gráficos sem função evidente em qualquer parte do texto ou da folha de redação (incluindo os números das linhas na margem esquerda);
- parte deliberadamente desconectada do tema proposto;
- impropérios e outros termos ofensivos, ainda que façam parte do projeto de texto;
- assinatura, nome, iniciais, apelido, codinome ou rubrica fora do local devidamente designado para a assinatura do participante;
- texto predominante ou integralmente escrito em língua estrangeira;
- folha de redação em branco, mesmo que haja texto escrito na folha de rascunho;
- texto ilegível, que impossibilite sua leitura por dois avaliadores independentes.

IMPORTANTE!

- Procure escrever sua redação com letra legível, para evitar dúvidas no momento da avaliação. Uma redação incompreensível devido a letra ilegível poderá receber nota zero.
- Não faça destaques no título ou marcas de finalização do texto que possam ser considerados desenhos ou formas de identificação.
- Assine apenas no local destinado a isso na folha da redação, não se identifique em seu texto de forma alguma.

COMO SÃO AVALIADOS OS TRECHOS DE CÓPIA NA REDAÇÃO?

Para efeito de avaliação e de contagem do mínimo de linhas escritas, os trechos que apresentarem cópia de texto(s) da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões serão

desconsiderados em relação ao total de linhas escritas, valendo somente as que foram produzidas pelo participante. São consideradas linhas com cópia aquelas compostas, integral ou parcialmente, por trechos de cópia da Prova de Redação e/ou do Caderno de Questões.

O QUE SÃO PARTES DELIBERADAMENTE DESCONECTADAS DO TEMA PROPOSTO?

As partes deliberadamente desconectadas do tema proposto consistem em reflexões do participante sobre o próprio processo de escrita, sobre a prova ou sobre o próprio desempenho dele no exame. Ainda se configuram como partes deliberadamente desconectadas do texto: a escrita de bilhetes destinados, por exemplo, à banca avaliadora, mensagens políticas ou de protesto, orações, mensagens religiosas, frases desconectadas do corpo do texto que não mantenham relação com o tema ou com a argumentação do participante, trechos de música, de hino, de poema ou de qualquer texto, **desde que estejam desarticulados da argumentação feita na redação**. Isso quer dizer que a presença de uma mensagem de protesto em um texto, por exemplo, não é, automaticamente, avaliada como parte desconectada. Isso vai depender se essa mensagem está ou não devidamente articulada à argumentação construída ao longo da redação. Em suma, para ter sua redação anulada por esse critério, é preciso que você insira, de forma proposital, pontual e desarticulada, elementos estranhos ao tema e ao seu projeto de texto e/ou que atentem contra a seriedade do exame.

COMO O TÍTULO DA REDAÇÃO É AVALIADO?

O título é um elemento opcional na produção da sua redação. Assim, embora seja considerado linha escrita, não é avaliado em qualquer aspecto relacionado às competências da matriz de referência. No entanto, o título pode levar à atribuição da nota zero à redação caso apresente alguma característica passível de anulação (por exemplo: desenhos, sinais gráficos sem função evidente, impropérios etc.).

COMO SERÁ AVALIADA A REDAÇÃO DE PARTICIPANTES SURDOS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA?

Serão adotados mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Em 2022, mais uma vez, disponibilizamos um tópico especialmente dedicado aos participantes surdos ou com deficiência auditiva, em que serão apresentadas as especificidades da avaliação das redações desse público.

COMO SERÁ AVALIADA A REDAÇÃO DE PARTICIPANTES COM DISLEXIA?

Serão adotados critérios de avaliação que levem em conta questões linguísticas específicas relacionadas à dislexia. Em 2022, mais uma vez, disponibilizamos um tópico especialmente dedicado aos participantes com dislexia, em que serão apresentadas as especificidades da avaliação das redações desse público.

COMO SERÁ AVALIADA A REDAÇÃO DE PARTICIPANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA?

Desde 2020, as redações dos participantes que apresentam transtornos do espectro autista são avaliadas por uma banca especializada. Serão adotados critérios de avaliação que levem em conta questões linguísticas específicas relacionadas ao autismo, em conformidade com o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015.



1 MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA A REDAÇÃO 2022

Apresentamos, a seguir, o detalhamento das cinco competências a serem avaliadas na sua redação. Nosso objetivo é explicitar os critérios de avaliação, de modo a ajudar na sua preparação para o exame. Ainda que entendamos que o texto é uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade, a avaliação dos textos é separada por competências, o que torna o processo mais objetivo.

1.1 COMPETÊNCIA 1

DEMONSTRAR DOMÍNIO DA MODALIDADE ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

A Competência 1 avalia se o participante domina a modalidade escrita formal da língua portuguesa, o que inclui o conhecimento das convenções da escrita, dentre as quais se encontram as regras de ortografia e de acentuação gráfica regidas pelo atual Acordo Ortográfico.

Além disso, o domínio da modalidade escrita formal será observado na adequação do seu texto em relação tanto às regras gramaticais quanto à construção sintática.

Para que você tenha mais clareza a respeito das expectativas em relação a um conculinte do ensino médio em termos de domínio da modalidade escrita formal, apresentamos, a seguir, os principais aspectos que guiam o olhar do avaliador no momento de definir o nível em que seu texto se encontra na Competência 1.

Em primeiro lugar, você deve atentar ao fato de que a escrita formal é a modalidade da língua associada a textos do tipo dissertativo-argumentativo. Assim, você será alertado sobre a

obrigatoriedade de usar a modalidade formal já na proposta de redação: “A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo **em modalidade escrita formal da língua portuguesa** sobre o tema...”.

Desse modo, o avaliador corrigirá sua redação, nessa Competência, considerando os possíveis problemas de construção sintática e a presença de desvios (de convenções da escrita, gramaticais, de escolha de registro e de escolha vocabular).

A **estrutura sintática** é objeto de avaliação da Competência 1, juntamente aos desvios, uma vez que esse aspecto também faz parte das regras da língua portuguesa – aquelas que dizem respeito à construção das frases do texto. Uma estrutura sintática convencional pressupõe a existência de determinados elementos oracionais que se organizam na frase e garantem a fluidez da leitura e a apresentação clara das ideias do participante, organizadas em períodos bem estruturados e completos. Além disso, por se tratar de um texto dissertativo-argumentativo, que deve ser escrito na modalidade formal da língua portuguesa, espera-se, para que uma redação receba a nota máxima na Competência 1, que os períodos apresentem complexidade em sua construção, com orações subordinadas e intercaladas. Já os textos com falhas relacionadas à estrutura sintática geralmente apresentam períodos truncados e justaposição de palavras, ausência de termos ou excesso de palavras (elementos sintáticos). Esses problemas são caracterizados, normalmente, por um ponto final separando duas orações que deveriam constituir um mesmo período (truncamento) ou uma vírgula no lugar de um ponto final que deveria indicar o fim da frase (justaposição), o que interfere na qualidade da estrutura sintática. A frequência com que essas falhas ocorrem no texto e o quanto elas prejudicam sua compreensão como um todo é o que ajudará a definir o nível em que uma redação deve ser avaliada na Competência 1.

Quanto aos **desvios**, você deve estar atento aos seguintes aspectos:

- **convenções da escrita:** acentuação, ortografia, uso de hífen, emprego de letras maiúsculas e minúsculas e separação silábica (translineação);
- **gramaticais:** regência verbal e nominal, concordância verbal e nominal, tempos e modos verbais, pontuação, paralelismo sintático, emprego de pronomes e crase;
- **escolha de registro:** adequação à modalidade escrita formal, isto é, ausência de uso de registro informal e/ou de marcas de oralidade;
- **escolha vocabular:** emprego de vocabulário preciso, o que significa que as palavras selecionadas são usadas em seu sentido correto e são apropriadas ao contexto em que aparecem.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 1 nas redações do Enem 2022:

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

1.2 COMPETÊNCIA 2

COMPREENDER A PROPOSTA DE REDAÇÃO E APLICAR CONCEITOS DAS VÁRIAS ÁREAS DE CONHECIMENTO PARA DESENVOLVER O TEMA, DENTRO DOS LIMITES ESTRUTURAIS DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO EM PROSA

O segundo aspecto a ser avaliado no seu texto é a compreensão da proposta de redação, composta por um tema específico a ser desenvolvido na forma de **texto dissertativo-argumentativo** – ou seja, a proposta exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é um texto em que se demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de um ponto de vista. É mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista. Além disso, é preciso que o ponto de vista que você irá defender esteja relacionado ao tema definido na proposta. Assim, você atenderá às exigências expressas pela Competência 2 da matriz de avaliação do Enem. Trata-se, portanto, de uma competência que avalia as habilidades integradas de leitura e de escrita.

O **tema** constitui o núcleo das ideias sobre as quais o ponto de vista se organiza e é caracterizado por ser uma delimitação de um assunto mais abrangente. Por isso, é preciso atender ao recorte temático definido para evitar tangenciá-lo (abordar parcialmente o tema) ou, ainda pior, desenvolver um tema distinto do determinado pela proposta.

Outro aspecto avaliado na Competência 2 é a presença de **repertório sociocultural**, que se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta.

A partir dessas considerações, seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência 2:

- leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores, para compreender bem o que está sendo solicitado;
- reflita sobre o tema proposto para definir qual será o foco da sua discussão, isto é, para decidir como abordá-lo, qual será o ponto de vista adotado e como defendê-lo;
- não copie trechos dos textos motivadores. A recorrência de cópia é avaliada negativamente e fará com que sua redação tenha uma pontuação mais baixa ou até mesmo seja anulada como Cópia;
- evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores. Você pode se apropriar dessas ideias para construir sua argumentação, mas não deve se esquecer de utilizar informações que extrapolem a prova de redação e sejam relacionadas a uma área do conhecimento (repertório sociocultural);
- selecione, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articule-as de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista. Informações e citações soltas no texto, por mais variadas e interessantes que sejam, perdem sua relevância quando não associadas produtivamente à defesa do ponto de vista desenvolvido em seu texto;
- mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ou tangenciamento ao tema.

Nas modalidades do Enem Impresso e Digital de 2021, o tema se referia à discussão sobre **“Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”**, uma questão de grande relevância social no país. A proposta de redação aplicada foi a seguinte:

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Várzea da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento. [...]

Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: "zero à esquerda", "cachoito", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.

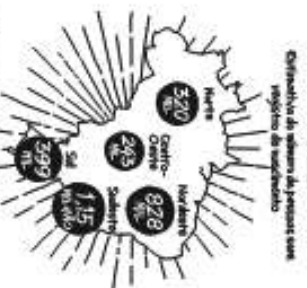
ESCORSEGA, F. M. *Invisíveis: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania para pessoas de baixa renda em situação de vulnerabilidade*. Rio de Janeiro: 2016.

TEXTO II

A Lei Nº 9.534 de 1997 tomou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.

INVISIBILIDADE

MARINA NO PRINCE



Disponível em: <https://bit.ly/3u0d87f>. Acesso em: 22 jul. 2021 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

TEXTO III

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.

TEXTO IV

Disponível em: <http://www.jornalhoj.com.br>. Acesso em: 21 jul. 2021.



Disponível em: <https://www.ufpa.br/turnover>. Acesso em: 26 jul. 2021 (adaptado).

Com base no recorte temático definido pela proposta, o participante precisaria considerar as várias dimensões do tema contidas nos textos motivadores. O Texto I é o trecho de uma tese de doutorado, em que há a narrativa sobre a rotina de pessoas em busca do primeiro registro de nascimento na Vara da Infância e Juventude da cidade do Rio de Janeiro, com citação de depoimentos pessoais; o Texto II trata da Lei nº 9.534/1997, que instituiu a gratuidade do registro de nascimento no Brasil, seguida de um infográfico em forma de mapa do Brasil com o título “Mapa da Invisibilidade no Brasil”, no qual consta a estimativa de pessoas sem o registro de nascimento no país, dividida por região; o Texto III é uma definição sobre a certidão de nascimento como documento inicial na vida do cidadão, que possibilita acesso a outros documentos ao longo da vida, à educação escolar e a benefícios sociais; por fim, o Texto IV é um cartaz de uma campanha dos defensores públicos na defesa pelo direito à documentação pessoal dos indivíduos. A partir dessas informações, esperava-se que, no Enem 2021, os textos produzidos se direcionassem para uma discussão a respeito da **invisibilidade social causada pela falta de registro civil**, ou seja, as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos sem documentação para obtenção de seus direitos como cidadãos.

O QUE É FUGA TOTAL AO TEMA?

Considera-se que uma redação tenha fugido ao tema quando nem o assunto mais amplo nem o tema específico proposto são desenvolvidos.

No **Enem 2021**, o assunto mais amplo foi o registro civil (a obtenção de documentos) e o tema era considerado completo quando se abordava a relação entre essa documentação e o acesso à cidadania. Sendo assim, recebeu a rubrica fuga ao tema a redação estruturada integralmente em assunto não solicitado, ou seja, a abordagem exclusiva de assuntos sem relação com qualquer elemento ligado ao registro civil.

IMPORTANTE!

Para evitar que você receba nota zero em seu texto por fuga ao tema, é importante que você desenvolva uma discussão dentro dos limites do tema definido pela proposta. Mencioná-lo apenas no título, por exemplo, ou deixá-lo subentendido, supondo que a banca vai saber sobre o que você está falando, não é suficiente. Lembre-se de que sua redação deve ser compreendida até mesmo por um leitor que não tenha tido acesso à proposta de redação na qual ela foi baseada. Por isso, muita atenção à abordagem do tema, que deve ser clara e explícita.

O QUE É TANGENCIAR O TEMA?

Considera-se tangenciamento ao tema uma **abordagem parcial** baseada somente no assunto mais amplo a que o tema está vinculado.

No Enem 2021, foi configurado como **tangenciamento** ao tema o encaminhamento que tratou apenas do assunto a ele relacionado, por exemplo: apenas registro civil, sem tratar do acesso à cidadania.

IMPORTANTE!

Conforme previsto na matriz de referência de redação do Enem, o tangenciamento ao tema, avaliado na Competência 2, afeta também a avaliação das Competências 3 e 5, impedindo que a redação receba nota acima de 40 pontos em todas essas competências.

O QUE É NÃO ATENDER AO TIPO TEXTUAL?

Não atende ao tipo textual a redação em que há predominância de características de outro tipo textual, como o narrativo ou o descritivo, por exemplo.

O QUE É UM TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO?

O texto do **tipo dissertativo-argumentativo** é aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a dupla natureza desse tipo textual: é argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo.

O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente.

IMPORTANTE!

Será atribuída nota zero à redação que apresentar predominância de características de outro tipo textual, mesmo que atenda às exigências dos outros critérios de avaliação. Já redações que apresentam muitas características de outro tipo textual em meio a um texto predominantemente dissertativo-argumentativo não receberão a nota zero total, mas serão penalizadas na Competência 2. Portanto, você não deve, por exemplo, elaborar um poema ou reduzir o seu texto à narração de uma história ou a um depoimento de experiência pessoal, ainda que aborde o tema de forma completa. No processo argumentativo, é possível apresentar trechos pontuais narrando acontecimentos que justificam o ponto de vista, mas o texto não pode se reduzir a uma narração, por esta não apresentar as características do tipo textual solicitado.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 2 nas redações do Enem 2022:

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos a redação recebe nota zero e é anulada.

FICA ATENTO!

Se sua redação apresentar fuga ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo, ela não será avaliada em nenhuma das competências, e sua nota final na prova de redação será zero.

1.3 COMPETÊNCIA 3

SELECIONAR, RELACIONAR, ORGANIZAR E INTERPRETAR INFORMAÇÕES, FATOS, OPINIÕES E ARGUMENTOS EM DEFESA DE UM PONTO DE VISTA

O terceiro aspecto a ser avaliado é a forma como você, em seu texto, seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática da proposta de redação.

A Competência 3 trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um **projeto de texto**.

A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- seleção de argumentos;
- relação de sentido entre as partes do texto;

- progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada;
- desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido.

O QUE É PROJETO DE TEXTO?

Projeto de texto é o planejamento prévio à escrita da redação. É o esquema que se deixa perceber pela organização estratégica dos argumentos presentes no texto. É nele que são definidos quais os argumentos que serão mobilizados para a defesa do ponto de vista e qual a melhor ordem para apresentá-los, de modo a garantir que o texto final seja articulado, claro e coerente. Assim, o texto que atende às expectativas referentes à Competência 3 é aquele no qual é possível perceber a presença implícita de um projeto de texto, ou seja, aquele em que é claramente identificável a estratégia escolhida para defender o ponto de vista.

O QUE É DESENVOLVIMENTO?

O desenvolvimento é a fundamentação dos argumentos apresentados ao longo da sua redação, ou seja, a forma como você explicita e explica as informações, fatos e opiniões que apresenta ao leitor. Um bom desenvolvimento pode ser feito por meio de exemplos, definições, comparações, analogias, estatísticas e de muitas outras formas. De qualquer modo, ele precisa sempre ser relacionado ao ponto de vista que orienta seu projeto de texto, a fim de que nenhuma informação pareça solta ou confusa. Por haver um número limite de linhas, a seleção de informações a serem utilizadas em seu projeto de texto deve ser feita com cuidado. É preciso escolher os melhores argumentos e fazer todos os desdobramentos necessários das informações, fatos e opiniões, para que não fiquem lacunas de sentido a serem preenchidas pelo leitor.

Seguem algumas recomendações para atender plenamente às expectativas em relação à Competência 3:

- a partir do tema apresentado na prova de redação, defina qual será o ponto de vista que você vai defender em seu texto;
- reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema e depois selecione as que forem pertinentes para a defesa do seu ponto de vista, procurando organizá-las em uma estrutura coerente para usá-las no desenvolvimento do seu texto;
- verifique se as informações, os fatos, as opiniões e os argumentos selecionados são pertinentes para a defesa do seu ponto de vista;
- na organização das ideias selecionadas para serem abordadas em seu texto, procure definir uma ordem que possibilite ao leitor acompanhar o seu raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual deve ser fluente e articulada com o projeto do texto;
- examine com atenção a introdução e a conclusão, para garantir que a coerência foi mantida entre o início e o final da redação;

- observe se os argumentos apresentados convergem para a defesa de seu ponto de vista. Além disso, verifique se todos eles estão bem desenvolvidos e não deixam lacunas de sentido para serem preenchidas pelo leitor;
- evite apresentar informações, fatos e opiniões soltos no texto, sem desenvolvimento e sem articulação com as outras ideias apresentadas.

IMPORTANTE!

Lembre-se de que há uma limitação no número de linhas e, por esse motivo, seu texto deve ser constituído apenas por informações, fatos, opiniões e argumentos que sejam pertinentes para a defesa do seu ponto de vista. Evite perder tempo (e linhas em sua redação) com informações irrelevantes, repetidas ou excessivas e não se esqueça de reler seu texto com atenção antes de finalizá-lo.

Resumindo: na organização do texto dissertativo-argumentativo, você deve procurar atender às seguintes exigências:

- apresentação clara do ponto de vista e seleção dos argumentos que o sustentam;
- encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições desnecessárias ou saltos temáticos (mudanças abruptas sobre o que está sendo discutido);
- desenvolvimento dessas ideias por meio da explicitação, explicação ou exemplificação de informações, fatos e opiniões, de modo a justificar, para o leitor, o ponto de vista escolhido.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 3 nas redações do Enem 2022:

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

1.4 COMPETÊNCIA 4

DEMONSTRAR CONHECIMENTO DOS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO

Os aspectos a serem avaliados nesta Competência dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Essa articulação é feita mobilizando-se recursos coesivos, em especial operadores argumentativos, que são os principais termos responsáveis pelas relações semânticas construídas ao longo do texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, relações de igualdade (assim como, outrossim...), de adversidade (entretanto, porém...), de causa-consequência (por isso, assim...), de conclusão (enfim, portanto...) entre muitos outros. Certas preposições, conjunções, alguns advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela coesão do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos, além de pronomes e expressões referenciais, conforme explicaremos adiante, no item “referenciação”.

Assim, na produção da sua redação, você deve utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso. Na avaliação da Competência 4, serão considerados, portanto, os mecanismos linguísticos que promovem o encadeamento textual.

Você viu que as Competências 3 e 4 consideram a construção da argumentação ao longo do texto, porém avaliam aspectos diferentes. Na Competência 3, avalia-se a capacidade de o participante “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”, ou seja, trata-se da estrutura mais profunda do texto. Já a coesão, observada na Competência 4, atua na superfície textual, isto é, avaliam-se as marcas linguísticas que ajudam o leitor a chegar à compreensão profunda do texto.

Desse modo, você deve, na construção de seu texto, demonstrar conhecimento sobre os mecanismos linguísticos necessários para um adequado encadeamento textual, considerando os recursos coesivos que garantem a conexão de ideias tanto entre os parágrafos quanto dentro deles.

COMO GARANTIR A COESÃO DO TEXTO?

Para garantir a coesão textual, devem ser observados determinados princípios em diferentes níveis:

- **estruturação dos parágrafos** – um parágrafo é uma unidade textual formada por uma ideia principal à qual se ligam ideias secundárias. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos podem ser desenvolvidos por comparação, por causa-consequência, por exemplificação, por detalhamento, entre outras possibilidades. Deve haver articulação explícita entre um parágrafo e outro;
- **estruturação dos períodos** – pela própria especificidade do texto dissertativo-argumentativo, os períodos do texto são, normalmente, estruturados de modo complexo, formados por duas ou mais orações, para que se possam expressar as ideias de causa-consequência, contradição, temporalidade, comparação, conclusão, entre outras;

- **referenciação** – pessoas, coisas, lugares e fatos são apresentados e, depois, retomados, à medida que o texto vai progredindo. Esse processo pode ser realizado mediante o uso de pronomes, advérbios, artigos, sinônimos, antônimos, hipônimos, hiperônimos, além de expressões resumitivas, metafóricas ou metadiscursivas.

RECOMENDAÇÕES

- Procure utilizar as seguintes estratégias de coesão para se referir a elementos que já apareceram no texto:
 - a) substituição de termos ou expressões por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, advérbios que indicam localização, artigos;
 - b) substituição de termos ou expressões por sinônimos, hipônimos, hiperônimos ou expressões resumitivas;
 - c) substituição de verbos, substantivos, períodos ou fragmentos do texto por conectivos ou expressões que retomem o que foi dito;
 - d) elipse ou omissão de elementos que já tenham sido citados ou que sejam facilmente identificáveis.
- Utilize operadores argumentativos para relacionar orações, frases e parágrafos de forma expressiva ao longo do texto.
- Verifique se o elemento coesivo utilizado estabelece a relação de sentido pretendida.

Resumindo: na elaboração da redação, você deve evitar:

- ausência de articulação entre orações, frases e parágrafos;
- ausência de paragrafação (texto elaborado em um único parágrafo);
- emprego de conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem;
- repetição ou substituição inadequada de palavras sem se valer dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo).

IMPORTANTE!

Não utilize elementos coesivos de forma artificial ou excessiva, apenas porque é um dos critérios avaliados na prova de redação ou porque seu texto vai parecer mais bem escrito. Uma boa coesão não depende da mera presença de conectivos no texto, muito menos de serem utilizados em grande quantidade – é preciso que esses recursos estabeleçam relações lógicas adequadas entre as ideias apresentadas.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 4 nas redações do Enem 2022:

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto, com poucas inadequações, e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos	Articula as partes do texto de forma precária.
0 ponto	Não articula as informações.

1.5 COMPETÊNCIA 5

ELABORAR PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O PROBLEMA ABORDADO, RESPEITANDO OS DIREITOS HUMANOS

O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando-se os Direitos Humanos. Propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque enfrentá-lo.

A elaboração de uma proposta de intervenção na prova de redação do Enem representa uma ocasião para que você demonstre seu preparo para exercitar a cidadania e atuar na realidade em consonância com os direitos humanos. Portanto, você deve usar os conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua formação para a produção de um texto no qual, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, você possa indicar uma iniciativa que interfira no problema discutido em sua redação.

A proposta de intervenção precisa estar relacionada ao tema e integrada ao seu projeto de texto. Considerando seu planejamento de escrita (avaliado na Competência 3), sua proposta deve ser coerente em relação ao ponto de vista desenvolvido e aos argumentos utilizados, já que expressa sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida. Assim, é necessário que a intervenção apontada responda aos problemas abordados por você, mostrando-se articulada ao seu projeto de texto.

Ao redigir seu texto, busque apresentar uma proposta concreta, específica ao tema e consistente com o desenvolvimento de suas ideias. Para construir uma proposta muito bem elaborada, você deve não apenas propor uma ação interventiva, mas também o ator social competente para a executar, de acordo com o âmbito da ação escolhida: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental. Além disso, você deve determinar o meio de execução da ação e o seu efeito ou a sua finalidade, bem como incluir algum outro detalhamento.

Ao elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas:

- 1) O que é possível apresentar como solução para o problema?

- 2) Quem deve executá-la?
- 3) Como viabilizar essa solução?
- 4) Qual efeito ela pode alcançar?
- 5) Que outra informação pode ser acrescentada para detalhar a proposta?

Resumindo: seu texto será avaliado com base na composição da proposta que você apresentar.

IMPORTANTE!

Existem várias formas de propor uma intervenção, e você deve explorar aquela que mais se adéque ao tema e ao seu projeto de texto. Contudo, fique atento para que sua proposta esteja explícita. Apenas constatar a falta de uma ação ou de um projeto (como em “faltam investimentos em x”) ainda não é suficiente para configurar uma proposta de intervenção. Além disso, evite propostas vagas, genéricas ou incompatíveis com a discussão, bem como estruturas que não permitam ter certeza de que você está propondo, de fato, uma intervenção (como em “se x for feito, o resultado poderá ser y”). Em suma, você deve ser claro ao apresentar seu desejo de intervir na realidade, e sua proposta deve contemplar a situação problematizada em seu texto.

O QUE É CONSIDERADO DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS?

A prova de redação do Enem sempre assinalou a necessidade de o participante respeitar os direitos humanos, e essa determinação está na matriz de referência da redação do Enem. Conforme a matriz, as redações que apresentarem propostas de intervenção que desrespeitem os direitos humanos serão penalizadas na Competência 5.

Pode-se dizer que determinadas ideias e ações serão sempre avaliadas como contrárias aos direitos humanos, tais como: defesa de tortura, mutilação, execução sumária e qualquer forma de “justiça com as próprias mãos”; incitação a qualquer tipo de violência motivada por questões de raça, etnia, gênero, credo, opinião política, condição física, origem geográfica ou socioeconômica; explicitação de qualquer forma de discurso de ódio (voltado contra grupos sociais específicos).

Para a avaliação das redações, são considerados os seguintes princípios norteadores dos direitos humanos, pautados no artigo 3º da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, o qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

- Dignidade humana.
- Igualdade de direitos.
- Reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades.
- Laicidade do Estado.
- Democracia na educação.
- Transversalidade, vivência e globalidade.
- Sustentabilidade socioambiental.

Há, também, algumas ideias e ações contrárias aos direitos humanos que estão mais diretamente relacionadas ao tema da prova. Assim, com relação ao tema de redação proposto na edição do Enem 2021, “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”, foram consideradas propostas que desrespeitaram os direitos humanos as que negavam quaisquer dos direitos humanos, que discriminavam qualquer grupo de indivíduos ou que sugeriam qualquer ação que feria a dignidade da pessoa humana.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de trechos de redações de participantes do Enem 2021 que levaram à atribuição de nota 0 (zero) na Competência 5, por ferirem os direitos humanos:

- 1) “Deve-se criar leis cruéis para pais que não querem dar seu sobrenome a seus filhos.”;
- 2) “É de grande importância que haja a exclusão de pessoas sem documentos, pois o país não sabe nada sobre aquele indivíduo, que pode ser muito perigoso para o restante da sociedade.”;
- 3) “A solução seria implantar uma lei que quem não fosse registrado teria sessenta dias para se registrar ou seria retirado do país.”.

Em resumo, na prova de redação do Enem, quaisquer que sejam os temas propostos para o desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo, constituem desrespeito aos direitos humanos propostas que incitam as pessoas à violência, ou seja, aquelas em que transparece a ação de indivíduos na administração da punição – por exemplo, as que defendem a “justiça com as próprias mãos”. Por outro lado, não caracterizam desrespeito aos direitos humanos as propostas de pena de morte ou prisão perpétua, desde que confirmem ao Estado a administração da punição ao agressor. Quando o Estado executa uma punição, ela não depende mais de indivíduos, configurando-se como contratos sociais cujos efeitos todos devem conhecer e respeitar em uma sociedade.

O quadro a seguir apresenta os seis níveis de desempenho que serão utilizados para avaliar a Competência 5 nas redações do Enem 2022:

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

1.6 RECOMENDAÇÕES GERAIS

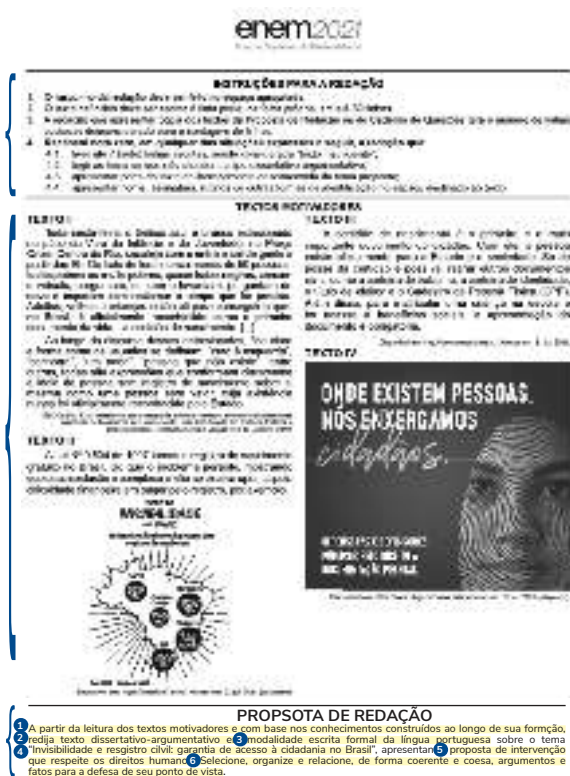
Para alcançar bom desempenho na prova de redação do Enem, você deve, antes de escrever seu texto, fazer uma leitura cuidadosa da proposta apresentada, dos textos motivadores e das instruções, a fim de que possa compreender perfeitamente o que está sendo solicitado. A seguir, será apresentada uma leitura guiada da proposta de redação do Enem Impresso e do Digital 2021 com diversas dicas e pontos de atenção para que você relembre e sintetize aquilo que já foi estudado até aqui nesta Cartilha.

Nessa primeira parte da proposta, você tem acesso a algumas **informações de ordem prática** como número máximo de linhas, espaço para rascunho etc. Além disso, há um **resumo dos critérios de anulação**. A lista completa de critérios de anulação está disponível nesta Cartilha, no tópico: “Quais as razões para se atribuir nota 0 (zero) a uma redação?”

O tema da redação sempre vem acompanhado, na proposta, de **textos motivadores**. Em geral, são textos em linguagem verbal e em linguagem não verbal (imagem) que remetem ao tema proposto, a fim de orientar sua reflexão. A seguir, elencamos algumas ações importantes para que você faça o melhor uso possível dos textos motivadores:

1. Ler os textos motivadores, observando as palavras ou os fragmentos que indicam o posicionamento dos autores e a situação-problema central da proposta;
2. Identificar, em cada texto motivador, se for o caso, o ponto de vista e os argumentos apresentados pelos autores;
3. Refletir sobre o posicionamento dos autores dos textos motivadores e definir, com muita clareza, qual será o seu posicionamento;
4. A partir das ideias presentes nos textos motivadores, elencar outras informações com base em seu conhecimento de mundo que podem contribuir para defender o posicionamento que você escolheu.

Essa última parte da proposta é mais curta, porém há muitas informações e instruções importantes para que você elabore uma redação dentro dos critérios avaliados no Enem. Observe:



1

Os **textos motivadores** ajudam você a refletir sobre a temática proposta e podem ser de grande ajuda, em especial se for um tema sobre o qual você não tenha tanto domínio. Porém fica evidente, nessa instrução da proposta de redação, que você deve se basear nos “**conhecimentos construídos ao longo de sua formação**”, ou seja, sua redação precisa articular informações e ideias que extrapolem os textos motivadores. Nesta Cartilha, chamamos isso de **repertório sociocultural**.

2

A tipologia textual definida pela proposta é o texto **dissertativo-argumentativo**. Com base na situação-problema, você deverá expressar sua opinião, ou seja, apresentar um ponto de vista. Para isso, inicie o texto apresentando seu ponto de vista, desenvolva justificativas para comprovar esse ponto de vista e elabore uma conclusão que dê um fechamento à discussão proposta no texto, compondo o processo argumentativo. Se sua redação não atender a essa tipologia textual, sua redação será anulada por completo..

3

O texto deverá ser redigido de acordo com a **modalidade escrita formal da língua portuguesa**. Assim, fique atento à estrutura dos períodos, à acentuação e à ortografia das palavras, ao emprego adequado do hífen e das letras maiúsculas e minúsculas, à separação silábica (translineação), à regência e à concordância (nominais e verbais), à pontuação, ao paralelismo sintático, ao emprego dos pronomes e da crase, à adequação à escrita formal da língua portuguesa, sem informalidades e marcas de oralidade, bem como à adequação vocabular. Além disso, lembre-se de que a grafia das palavras deve seguir o Novo Acordo Ortográfico.

4

A **frase temática** (“Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”) é um dos elementos mais importantes da proposta de redação. Lembre-se de que a sua redação deve abordar todos os elementos dessa frase. Uma abordagem parcial do tema, chamada de tangenciamento, fará com que sua redação seja avaliada com, no máximo, 40 pontos de 200 na Competência 2. Além disso, um texto tangente também sofre penalizações nas Competências 3 e 5. A fuga ao tema, que é quando nem o assunto mais geral da frase temática é abordado, leva à anulação da sua redação.

5

A **proposta de intervenção** deve claramente indicar **uma ação a ser realizada para resolver a situação-problema** discutida no texto. Além disso, essa ação/ solução deve ser composta pelos **agentes** sociais responsáveis por sua execução, pelo modo como ela será posta em prática e pelo seu **efeito** pretendido, além de apresentar um **detalhamento** que complemente algum desses elementos já mencionados (exemplificação, explicação etc.) O respeito aos **direitos humanos** também é imprescindível para que a proposta de intervenção não seja avaliada no nível 0 da Competência 5.

6

É importante definir um **projeto de texto** em que seja planejada a organização estratégica da sua redação, a fim de defender o ponto de vista por você escolhido. Algumas estratégias argumentativas que podem ser utilizadas: exemplos, dados estatísticos, pesquisas, fatos comprováveis, citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto, pequenas narrativas ilustrativas, alusões históricas e comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos. Para ligar todas essas ideias, é preciso se valer de **recursos coesivos** que deixem explícitas as relações entre as partes do texto.



2 AMOSTRA DE REDAÇÕES NOTA 1.000 DO ENEM 2021

Para esta Cartilha, foram selecionadas e comentadas algumas redações que receberam a pontuação máxima – 1.000 pontos – na edição de 2021 do Enem Impresso, por terem cumprido todas as exigências relativas às cinco competências.

Esses textos contêm uma proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos (Competência 5); apresentam as características textuais fundamentais, como o estabelecimento de coesão, coerência, informatividade, sequenciação, entre outras (Competências 2, 3 e 4); e demonstram domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (Competência 1). Esse domínio pode ser comprovado pelo cumprimento dos princípios de organização frasal, pela adequação às convenções da escrita, às regras gramaticais e à escolha vocabular, bem como pela utilização de linguagem formal, apropriada ao registro esperado no texto dissertativo-argumentativo. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita foram aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizaram reincidência.

Seguem os textos nota 1.000 com seus respectivos comentários.

PEDRO HENRIQUE REZENDE MACHADO

Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade. Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construir um ser verdadeiro “eu”. Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma conjuntura de maior equidade social. Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro “eu”. Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja abriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta sua cidadania.

Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à cidadania, faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interioranas, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, já que esta só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã.

COMENTÁRIO

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto não apresenta desvios de escrita.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que o participante apresenta introdução em que expõe seu ponto de vista, desenvolvimento de justificativas que comprovam esse ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, quando o participante trata da importância dos documentos civis para que a cidadania dos indivíduos seja assegurada. Observa-se também o uso produtivo de repertório sociocultural pertinente à discussão proposta pelo participante em mais de um momento do texto. No primeiro parágrafo, são apresentadas as ideias da filósofa Nancy Fraser – para quem a visibilidade de um grupo ou indivíduo para a sociedade e para o poder público está associada ao conceito de justiça social – com o intuito de introduzir o tema, apontando a necessidade dos documentos civis para que um indivíduo seja considerado cidadão. No segundo parágrafo, o participante utiliza o conceito de “cidadanias mutiladas”, de Milton Santos, para discutir o fato de que muitos brasileiros não têm acesso aos direitos previstos pela Constituição e de que o registro civil é o que permite que o poder público reconheça essas pessoas e possa mudar essa situação. Já no terceiro parágrafo, em que o participante discute a construção do verdadeiro “eu” pelo indivíduo, é apresentado um pensamento de Jean Paul Sartre, que afirma que a existência humana é necessária para que o homem possa construir sua essência.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. Como apontado anteriormente, no primeiro parágrafo o participante apresenta a importância dos documentos civis para que um indivíduo tenha sua cidadania assegurada, ou seja, tenha acesso aos seus direitos, mas afirma que muitos ainda não possuem registro. Nessa introdução também já é definido o caminho que o texto vai seguir: o participante quer tratar das consequências do acesso aos documentos – a ascensão social e a construção do “eu” pelo indivíduo – e afirma que é necessária uma ação do Estado para que isso seja possível. No início de sua argumentação, o participante trata da ascensão social dos indivíduos, mostrando que os brasileiros de classes sociais mais baixas não têm acesso aos seus direitos. Nesse sentido, o registro civil é o que possibilita que o poder público reconheça esses indivíduos e se conecte a eles, atuando de forma a promover a equidade social. Já no terceiro parágrafo, é trabalhada a segunda consequência da regularização do indivíduo, que foi apresentada na introdução: a construção do verdadeiro “eu” por parte do indivíduo. De acordo com o participante, como o registro civil garante que um indivíduo exista, isso permitirá que ele possa definir quem realmente é e se tornar mais visível à sociedade, o que também garante sua cidadania. Por fim, na conclusão, o participante propõe uma solução para o problema da ausência de registro, que havia sido apresentada no primeiro parágrafo: o Estado deve democratizar a retirada dos documentos civis.

Em relação à coesão, encontra-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Além disso” e “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “Nesse viés”, “a fim de”, “seus indivíduos”, “mediante”, “No entanto”, “tais registros”, “portanto”, “sobretudo”, “Tendo isso em vista”; 2º parágrafo: “em que”, “estas”, “Nesse contexto”, “seus direitos”, “Dessa forma”, “este”, “com o fito de”; 3º parágrafo: “sua existência”, “porém”, “ela”, “Nessa perspectiva”, “para que”, “ele”, “Desse modo”, “esta”; 4º parágrafo: “sua facilitação”, “através de”, “por meio de”, “tal ação”, entre outros).

Por fim, o participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, articulada à discussão desenvolvida no texto, detalhada e que respeita os direitos humanos. Ele propõe que o Estado democratize o registro para pessoas de baixa renda, construindo centros de registros e cartórios em regiões periféricas e rurais, o que ampliaria o acesso à cidadania e, consequentemente, permitiria a construção de um cenário de justiça social.

GABRIEL BORGES

Norberto Bobbio, cientista político italiano, afirma que a democracia é um processo que tem, em seu cerne, o objetivo de garantir a representatividade política de todas as pessoas. Para que o mecanismo democrático funcione, então, é fundamental apresentar uma rede estatal que dê acesso a diversos recursos, como alimentação, moradia, educação, segurança, saúde e participação eleitoral. Contudo, muitos brasileiros, por não terem uma certidão de nascimento, são privados desses direitos básicos e têm seus próprios papéis de cidadãos invisibilizados. Logo, deve-se discutir as raízes históricas desse problema e as suas consequências nocivas.

Primeiramente, vê-se que o apagamento social gerado pela falta de registro civil apresenta suas origens no passado. Para o sociólogo Karl Marx, as desigualdades são geradas por condições econômicas anteriores ao nascimento de cada ser, de forma que, infelizmente, nem todos recebam as mesmas oportunidades financeiras e sociais ao longo da vida. Sob esse viés, o materialismo histórico de Marx é válido para analisar o drama dos que vivem sem certificado de nascimento no Brasil, pois é provável que eles pertençam a linhagens familiares que também não tiveram acesso ao registro. Assim, a desigualdade social continua sendo perpetuada, afetando grupos que já foram profundamente atingidos pelas raízes coloniais e patriarcais da nação. Dessa forma, é essencial que o governo quebre esse ciclo que exclui, sobretudo, pobres, mulheres, indígenas e pretos.

Além disso, nota-se que esse processo injusto cria chagas profundas na democracia nacional. No livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, é apresentada a história de uma família sertaneja que luta para sobreviver sem apoio estatal. Nesse contexto, os personagens Fabiano e Sinhá Vitória têm dois filhos que não possuem certidão de nascimento. Por conta dessa situação de registro irregular, os dois meninos sequer apresentam nomes, o que é impensável na sociedade contemporânea, uma vez que o nome de um indivíduo faz parte da construção integral da sua identidade. Ademais, as crianças retratadas na obra são semelhantes a muitas outras do Brasil que não usufruem de políticas públicas da infância e da adolescência devido à falta de documentos, o que precisa ser modificado urgentemente para que se estabeleça uma democracia realmente participativa tal qual aquela prevista por Bobbio.

Portanto, o registro civil deve ser incentivado de maneira mais efetiva no país. O Estado criará um mutirão nacional intitulado “Meu Registro, Minha Identidade”. Esse projeto funcionará por meio da união entre movimentos sociais, comunidades locais e órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, visto que é necessária uma ação coletiva visando a consolidação da cidadania brasileira. Com o trabalho desses agentes, serão enviados profissionais a todas as cidades em busca de pessoas que, finalmente, terão suas certidões de nascimento confeccionadas, além de receberem acompanhamento e incentivo para a realização de cadastro em outros serviços importantes do sistema nacional. Por conseguinte, o Brasil estará agindo ativamente para reparar suas injustiças históricas e para solidificar sua democracia, de maneira que os seus cidadãos sejam vistos igualmente.

COMENTÁRIO

O participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto não apresenta desvios de escrita.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que o participante apresenta introdução em que expõe seu ponto de vista, desenvolvimento de justificativas que comprovam esse ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa, o que revela uma leitura cuidadosa da proposta de redação: logo no primeiro parágrafo, o participante apresenta o tema ao relacionar a falta de certidão de nascimento à ausência de direitos básicos e à invisibilização dos indivíduos. Observa-se também o uso produtivo de repertório sociocultural pertinente à discussão proposta pelo participante em mais de um momento do texto. O participante inicia seu texto com a ideia de Norberto Bobbio, para quem o objetivo da democracia é garantir a representação de todos, e afirma que, para que isso ocorra, o Estado deve promover diversos direitos aos cidadãos, o que não acontece quando um indivíduo não tem uma certidão de nascimento. No segundo parágrafo, ao discutir as raízes históricas da invisibilidade causada pela falta de acesso ao registro civil, o participante refere-se às ideias de Karl Marx, que afirma que as desigualdades estão relacionadas a condições econômicas anteriores ao nosso nascimento. Já no terceiro parágrafo, a discussão sobre a falta de acesso aos direitos básicos devido à ausência de registro civil é relacionada com o livro “Vidas Secas”, já que na obra há referência a personagens que não têm nome ou registro.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. No início do texto, o participante, após apresentar o tema que pretende discutir – a ausência de registro civil e, consequentemente, do acesso a direitos básicos –, propõe que sejam analisadas as raízes históricas do problema apontado e suas consequências. Ao longo do texto, percebe-se que esse plano inicial foi cumprido com êxito. No segundo parágrafo, discute-se que a invisibilidade decorrente da falta de registro tem suas origens no passado, uma vez que existe uma grande probabilidade de aqueles que não possuem documento hoje em dia pertencerem a famílias em que o registro nunca foi uma realidade. Nesse ponto, o participante apresenta também a necessidade de uma ação por parte de governo para que essa realidade mude, o que será retomado em sua conclusão. Já no terceiro parágrafo, ele apresenta as consequências nocivas da falta de registro, que estão associadas à ausência de apoio estatal e de acesso a políticas públicas. A conclusão, então, aponta as soluções para a falta de documentos por parte da população brasileira, o que garantirá a reparação das injustiças históricas e a solidificação da democracia, conceitos que foram trabalhados ao longo do texto.

Em relação à coesão, encontra-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Além disso” e “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (1º parágrafo: “Para que”, “então”, “Contudo”, “desses direitos”, “Logo”, “suas consequências”; 2º parágrafo: “de forma que”, “Sob esse viés”, “pois”, “também”, “Assim”, “Dessa forma”, “esse ciclo”, “sobretudo”; 3º parágrafo: “esse processo”, “Nesse contexto”, “Por conta de”, “uma vez que”, “Ademais”, “devido a”, “tal qual”; 4º parágrafo: “por meio de”, “visto que”, “desses agentes”, “além de”, “Por conseguinte”, “seus cidadãos”, entre outros).

Por fim, o participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, articulada à discussão desenvolvida no texto, detalhada e que respeita os direitos humanos. Ele propõe que o Estado promova um mutirão, em que profissionais enviados a todas as cidades buscarão aqueles que não têm registro civil para que possam ter acesso ao documento e para que sejam incentivados a se cadastrarem em outros serviços, o que possibilitará reparar as injustiças sociais e promover a democracia, como apontado anteriormente.

EMANUELLE SEVERINO GONTIJO BOUCINHAS

A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período. Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento. Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da ausência dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.

Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil. Sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos lupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas. A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a realização do registro. Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a promoção da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.

Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida. Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física. Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial – assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19 –, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da existência do registro civil. Portanto, a ausência da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Diante do exposto, conclui-se que o registro civil é um aspecto intrínseco à cidadania no Brasil. Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país. No que tange a esse aspecto, os veículos adaptados transportarão os funcionários dos órgãos de registros até as áreas de menor renda “per capita” de seus respectivos municípios, um dia por semana, com o intuito de realizar o procedimento formal de emissão dos documentos de nascimento dos grupos sociais menos favorecidos economicamente. Desse modo, um maior número de brasileiros acessará, efetivamente, a condição de cidadão.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto apresenta apenas um desvio, quando ela escreve “A essa” no lugar de “Nessa”, no segundo parágrafo.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante trata da invisibilidade causada pela ausência de documentação. Quanto ao uso de repertório sociocultural, nota-se que ele aparece de maneira produtiva e pertinente à discussão em diversos momentos: no primeiro parágrafo, a participante apresenta o contexto da Grécia Antiga, em que apenas um grupo restrito tinha acesso à cidadania, para compará-lo com a realidade atual do Brasil, em que todo indivíduo nascido no país tem direito a ser reconhecido como cidadão – o que é oficializado por meio do registro civil. No segundo parágrafo, há uma referência ao relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em que se aborda a questão da desigualdade, que, seguindo a argumentação da participante, seria um dos motivos pelos quais algumas pessoas não têm acesso ao registro civil.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. A participante inicia seu texto com uma contextualização histórica, comparando a cidadania na Grécia Antiga com o que ocorre atualmente no Brasil – em que todos têm direito à cidadania, o que é garantido por meio do registro civil. Ainda no primeiro parágrafo, ela aponta a problematização relacionada a essa questão: aqueles que não têm acesso à documentação são privados da cidadania e acabam se tornando invisíveis para a sociedade. No segundo parágrafo, é apresentado o motivo pelo qual muitas pessoas não têm acesso ao registro civil: a desigualdade econômica. A argumentação da participante se baseia no fato de que a falta de recursos financeiros pode dificultar o deslocamento de algumas pessoas até um cartório. Já no terceiro parágrafo, são apresentadas as consequências da falta de documentos, como a ausência de direitos e de acesso a programas governamentais. No último parágrafo, então, é proposta uma solução para o problema, que consiste em promover o acesso das pessoas de baixa renda aos cartórios, para que, com o registro civil, elas possam se tornar cidadãs.

Quanto à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Acerca dessa lógica”, “Além disso” e “Diante do exposto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “dessa conjuntura”, “de modo que”, “Nesse contexto”, “com isso”, no 1º parágrafo; “Sob esse viés”, “essas pessoas”, “devido a”, “por conseguinte”, “Assim”, no 2º parágrafo; “tendo em vista”, “Sob essa óptica”, “bem como”, “Nesse sentido”, “Portanto”, no 3º parágrafo; e “Por isso”, “por meio de”, “No que tange a”, “Desse modo”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada aponta que o Governo deve propiciar o acesso da população mais pobre ao registro civil, criando cartórios móveis que irão até as regiões com menor renda per capita, com o objetivo de promover a cidadania.

GIOVANNA DA SILVA GAMBA DIAS

Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos. A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro civil de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a principal razão para a posse do documento promover a cidadania, bem como o principal entrave que impede que tantas pessoas não se registrem.

Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visando ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país. Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de um sentimento de identificação como brasileiro. Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funciona como uma espécie de âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, sendo identificada como uma prova legal da sua condição enquanto cidadãos brasileiros.

Ademais, percebe-se que o principal entrave que impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção no sistema educacional, essas pessoas não conhecem seus direitos enquanto cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdade, observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, já que, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania, como a observada a partir do alto número de pessoas sem registro no país.

Portanto, observa-se que a questão do alto índice de pessoas no Brasil sem certidão de nascimento deve ser resolvida. Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução da população acerca dos seus direitos. Tal ação deve ocorrer por meio da criação de um Projeto Nacional de Acesso à Certidão, a qual irá promover, nas escolas públicas de todos os 5570 municípios brasileiros, debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania, os quais irão acontecer tanto extracurricularmente quanto nas aulas de sociologia. Isso deve ocorrer, a fim de formar brasileiros que, cientes dos seus direitos, podem mudar o atual cenário de precária cidadania e desigualdade.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há apenas um desvio de escolha lexical em “impede que tantas pessoas não se registrem”.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante relaciona a falta de registro civil com a invisibilidade dos indivíduos. Quanto ao uso de repertório sociocultural, nota-se que ele aparece de maneira produtiva e pertinente à discussão em diversos momentos: no primeiro parágrafo, há uma referência à obra de Cândido Portinari, “Os Retirantes”, que representa indivíduos invisibilizados pela sua condição socioeconômica, para mostrar que essa invisibilidade continua presente em nosso país, quando pensamos nas pessoas sem registro civil; no segundo parágrafo, a participante trata da relação entre a posse de um documento e o sentimento de pertencimento ao país e, para reforçar seu argumento, faz uso das ideias do historiador Caio Prado Júnior; já no terceiro parágrafo, são mencionados o economista José Murilo de Carvalho e o sociólogo Florestan Fernandes – o primeiro para tratar do conceito de cidadania operária, em que apenas se explora a população mais pobre e não a estimula a desenvolver um pensamento crítico, e o segundo para reforçar a relação entre uma educação de qualidade e o acesso à cidadania.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. A participante inicia seu texto comparando a realidade retratada na pintura “Os Retirantes” com aquela que vivemos no Brasil hoje em dia, em que muitos indivíduos são invisibilizados. Ainda no primeiro parágrafo, ela relaciona essa invisibilidade atual com a falta de registro civil e aponta dois caminhos para sua argumentação: discutir o motivo pelo qual o acesso à documentação promove a cidadania e o porquê de muitas pessoas não terem seus documentos pessoais. No segundo parágrafo, então, é desenvolvida a relação entre o registro civil e a cidadania: de acordo com a argumentação da participante, a posse de um documento faz com que o indivíduo passe a ter um sentimento de pertencer ao país, ou seja, de ser um cidadão. Ela ainda aponta que esse sentimento é escasso no país, dado seu contexto de colonização. Já no terceiro parágrafo, ela passa a discutir o que leva tantas pessoas a não terem acesso ao registro, que seria o fato de a educação brasileira ter o objetivo de formar a população, sobretudo os mais pobres, como mão de obra e não como indivíduos com pensamento crítico. Dessa forma, eles acabam não conhecendo seus direitos e não buscam o acesso aos documentos pessoais. Por fim, no último parágrafo, é apresentada uma solução para o problema da falta de acesso a documentos, que está relacionada à conscientização da população quanto aos seus direitos.

No que se refere à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Ademais” e “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “sua obra”, “Com base nesse viés”, “bem como”, no 1º parágrafo; “tal situação”, “porque”, “esse sentimento”, “visto que”, “logo”, “Desse modo”, no 2º parágrafo; “Isso”, “então”, “devido a”, “Assim”, “já que”, no 3º parágrafo; e “Para isso”, “por meio de”, “tanto... quanto”, “a fim de”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada aponta que o Ministério da Educação deve instruir a população sobre seus direitos, criando um debate que leve a discussão sobre a importância do registro civil para as escolas.

FERNANDA KAROLINNE QUARESMA NUNES

Em “Vidas secas”, obra literária do modernista Graciliano Ramos, Fabiano e sua família vivem uma situação degradante marcada pela miséria. Na trama, os filhos do protagonista não recebem nomes, sendo chamados apenas como o “mais velho” e o “mais novo”, recurso usado pelo autor para evidenciar a desumanização do indivíduo. Ao sair da ficção, sem desconsiderar o contexto histórico da obra, nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: a não garantia de cidadania pela invisibilidade da falta de registro civil. A partir desse contexto, não se pode hesitar – é imprescindível compreender os impactos gerados pela falta de identificação oficial da população.

Com efeito, é nítido que o deficitário registro civil repercute, sem dúvida, na persistente falta de pertencimento como cidadão brasileiro. Isso acontece, porque, como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil é necessária a coexistência dos direitos sociais, políticos e civis. Sob essa ótica, percebe-se que, quando o pilar civil não é garantido – em outras palavras, a não efetivação do direito devido à falta do registro em cartório –, não é possível fazer com que a cidadania seja alcançada na sociedade. Dessa forma, da mesma maneira que o “mais novo” e o “mais velho” de Graciliano Ramos, quase 3 milhões de brasileiros continuam por ser invisibilizados: sem nome oficial, sem reconhecimento pelo Estado e, por fim, sem a dignidade de um cidadão.

Além disso, a falta do sentimento de cidadania na população não registrada reflete, também, na manutenção de uma sociedade historicamente excludente. Tal questão ocorre, pois, de acordo com a análise da antropóloga brasileira Lilia Schwarcz, desde a Independência do Brasil, não há a formação de um ideal de coletividade – ou seja, de uma “Nação” ao invés de, meramente, um “Estado”. Com isso, o caráter de desigualdade social e exclusão do diferente se mantém, sobretudo, no que diz respeito às pessoas que não tiveram acesso ao registro oficial, as quais, frequentemente, são obrigadas a lidar com situações humilhantes por parte do restante da sociedade: das mais diversas discriminações até o fato de não poderem ter qualquer outro documento se, antes, não tiverem sua identificação oficial.

Portanto, ao entender que a falta de cidadania gerada pela invisibilidade do não registro está diretamente ligada à exclusão social, é tempo de combater esse grave problema. Assim, cabe ao Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ampliar o acesso aos cartórios de registro civil. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um Projeto Nacional de Incentivo à Identidade Civil, o qual irá articular, junto aos gestores dos municípios brasileiros, campanhas, divulgadas pela mídia socialmente engajada, que expliquem sobre a importância do registro oficial para garantia da cidadania, além de instruções para realizar o processo, a fim de mitigar as desigualdades geradas pela falta dessa documentação. Afinal, assim como os meninos em “Vidas secas”, toda a população merece ter a garantia e o reconhecimento do seu nome e identidade.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há presença de apenas dois desvios. No segundo parágrafo, observa-se a ausência de vírgula no trecho “... como já estudado pelo historiador José Murilo de Carvalho, para que haja uma cidadania completa no Brasil [...] é necessária...”. O segundo desvio encontra-se no último parágrafo, em que há uma acentuação

indevida na palavra civil, grafada “cível” no trecho “... ampliar o acesso aos cartórios de registro cível”.

Com relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. O tema é abordado de forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante aponta que a invisibilidade causada pela falta de registro civil é uma problemática ainda presente no Brasil atual. Há, também, repertório sociocultural utilizado de maneira produtiva e pertinente à discussão no primeiro parágrafo, na referência à caracterização dos personagens da obra de Graciliano Ramos, “Vidas Secas”, os quais não são nomeados, para ilustrar a falta de identificação oficial também observada nas pessoas que não possuem registro civil. No segundo parágrafo, para tratar da falta de garantia de direitos civis no país, a participante recorre ao pensamento do historiador José Murilo de Carvalho e conclui, a partir dele, que, com o problema da falta de registro civil de milhões de brasileiros, não é possível alcançar a cidadania na sociedade. Já no terceiro parágrafo, é citado o trabalho da antropóloga Lília Schwarcz sobre a formação do país, que favoreceu a desigualdade social, para discutir a exclusão social imposta às pessoas sem registro civil. Por fim, no último parágrafo, a participante retoma a obra “Vidas Secas” para reafirmar o direito de toda a população ao reconhecimento da própria identidade.

O projeto de texto apresentado ao longo da redação é considerado estratégico porque há uma organização clara e um desenvolvimento consistente da redação. Isso se deve ao fato de que a participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto para defender seu ponto de vista de que é preciso compreender de que forma a falta de registro civil impacta na sociedade e, posteriormente, buscar soluções para o problema. Assim, buscando essa compreensão, a participante discute, no desenvolvimento de seu texto, a impossibilidade de se alcançar a cidadania plena em uma sociedade que ainda apresenta pessoas não registradas oficialmente e a exclusão social, evidenciada em situações de humilhação e discriminação, causada por esse problema. Por fim, após comprovar a importância do tema abordado, a participante propõe soluções para ele.

Quanto à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Além disso”, “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “sua família”, “para”, “A partir desse”, no 1º parágrafo; “Isso”, “porque”, “para que”, “Sob essa ótica” “Dessa forma” “por fim”, no 2º parágrafo; “também”, “Tal questão”, “pois”, “de acordo com”, “ou seja”, “ao invés de”, “Com isso”, “sobretudo”, no 3º parágrafo; e “esse grave problema”, “Assim”, “tal ação”, “o qual”, “além de”, “a fim de” “dessa documentação”, “assim como”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada aponta que o poder executivo deve agir para ampliar o acesso ao registro civil, implementando um projeto de incentivo ao registro de cidadãos, que procuraria evidenciar a importância do registro oficial para a população, buscando, por fim, a diminuição da desigualdade social no Brasil.

ALICE SOUZA MOREIRA

A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi esboçada com o objetivo de delinear direitos básicos para todos os cidadãos. Entretanto, tal teoria não tem sido vista em metodologias práticas, uma vez que ainda há a falta do registro civil de milhares de pessoas, impedindo-as de garantir o acesso à cidadania no Brasil, o que gera a invisibilidade social. Tal invisibilidade provoca inúmeras chagas, como a precarização do trabalho e a exclusão democrática.

Diante desse cenário, é válido retomar o aspecto supracitado quanto à precarização do trabalho laboral. Nesse contexto, é indiscutível que a ausência do registro civil primordial – a certidão de nascimento – impossibilita a pessoa de possuir outros documentos necessários para a vivência social, como, por exemplo, a carteira de trabalho. Dessa forma, é afirmativo que tal lacuna incorre na precarização do trabalho, uma vez que inviabiliza a efetivação dos direitos laborais, como férias remuneradas, ou, em casos mais extremos, torna o indivíduo vulnerável a trabalhos análogos à escravidão. Em consonância com tal tese, é possível citar a obra “Casa-grande e Senzala”, do autor Gilberto Freyre, na qual ele realiza uma comparação entre o Brasil hodierno e o Brasil Colônia, em que o trabalho escravo – ou seja, o ato laboral precarizado – é um instrumento de invisibilidade social. Sendo assim, torna-se evidente a essencialidade dos registros civis na garantia dos direitos trabalhistas para todos os brasileiros, o que, por sua vez, coopera em promover a visibilidade cidadã.

Ademais, é essencial citar a exclusão democrática como uma das principais consequências da falta de registros civis. Nessa perspectiva, é notável que a já citada ausência da certidão de nascimento impede, também, a realização do título de eleitor, documento necessário para o pleno exercício da democracia brasileira. Sob esse viés, é possível relacionar tal tese ao conceito de polifonia das cidades, desenvolvido pelo teórico Nick Couldry, no qual ele afirma que a democracia é constituída pela atuação das vozes de todos, e, por isso, onde não há a voz de alguém, não há democracia. Desse modo, fica evidente que a ausência do registro civil impossibilita a participação política, o que causa o silenciamento da voz daquele pseudocidadão brasileiro.

Nota-se, portanto, a necessidade de reverter esse cenário de invisibilidade social causado pela ausência do registro civil. Para tal é intrínseco que o Governo Federal, órgão de maior importância no âmbito nacional, implemente mais Varas da Infância e da Juventude em locais de alta procura por esses serviços. Tal ação deve ser realizada por meio da criação de secretarias e/ou departamentos responsáveis por pesquisa e controle, a fim de haver um mapeamento de cidades e regiões metropolitanas onde há maiores índices de invisibilidade social, para, assim, suprir a demanda requerida para o registro civil dos futuros cidadãos. Dessa forma, progressivamente haverá a garantia da cidadania para todos os brasileiros.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e o texto não apresenta desvios de escrita.

Em relação aos princípios da estruturação do texto dissertativo-argumentativo, percebe-se que a redação da participante apresenta introdução em que inicia a discussão do tema, desenvolvimento de justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que

encerra a discussão, demonstrando excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, o tema é abordado de forma completa: ele é apresentado já no primeiro parágrafo, no qual se aponta que, diferentemente do que apregoa a Constituição Federal, não há garantia de acesso à cidadania a todos os cidadãos brasileiros, pois milhares de pessoas sem registros civis convivem com a invisibilidade social. Observa-se que a participante usa, de forma produtiva, repertório sociocultural pertinente à discussão ao longo do texto. No primeiro parágrafo, como já mencionado, ela contrapõe à Constituição Federal a realidade atual brasileira. No segundo parágrafo, a participante faz referência à obra de Gilberto Freyre, “Casa-grande e Senzala”, para reforçar sua argumentação a respeito da precariedade das condições de trabalho dos indivíduos sem registro civil. Já no terceiro parágrafo, para tratar da exclusão que atinge as pessoas sem registro, a participante faz uso do conceito de polifonia das cidades, desenvolvido por Nick Couldry, e afirma que, sem a atuação de todos, não há democracia.

Podemos perceber, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, que se configura na organização clara e no desenvolvimento consistente de argumentos. A participante apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto para defender seu ponto de vista de que a falta de registro civil gera uma invisibilidade social que causa a precarização do trabalho do grupo social atingindo e sua exclusão da democracia. Em relação à precarização do trabalho, a participante traz a informação de que, sem o registro civil, as pessoas também deixam de possuir outros documentos, como a carteira de trabalho, o que as impede de ter acesso a direitos trabalhistas e as deixa vulneráveis ao trabalho análogo à escravidão. Em seguida, desenvolve-se a segunda consequência apresentada na introdução, a exclusão democrática, causada pela ausência de outro documento importante, o título de eleitor. Por fim, a participante propõe uma solução para promover o registro dos cidadãos.

Em relação à coesão, encontra-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Diante desse cenário”, “Ademais”, “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “Entretanto”, “tal teoria”, “uma vez que”, “as” – em “impedindo-as” –, “o que”, “Tal invisibilidade”, “como”, no 1º parágrafo; “quanto à” e “Nesse contexto”, “por exemplo”, “Dessa forma”, “tal lacuna”, “Em consonância com”, “tal tese”, “na qual”, “ele”, “em que”, “ou seja”, “Sendo assim”, “por sua vez”, no 2º parágrafo; “Nessa perspectiva” e “também”, “Sob esse viés”, “tal tese”, “no qual”, “Desse modo”, “daquele”, no 3º parágrafo; e “esse cenário”, “Para tal”, “esses serviços”, “Tal ação”, “por meio da”, “a fim de”, “onde”, “para”, “assim”, “Dessa forma”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada e que respeita os direitos humanos. A proposta sugere que o Governo Federal se responsabilize por implementar serviços que contribuam com a diminuição dos índices de invisibilidade provados pela falta de registro civil, objetivando a conquista de direitos básicos, como os discutidos ao longo do texto, por todos os brasileiros.

MARIANA MARIAH IDALGO DA COSTA

Sob a perspectiva sociológica de Jessé Souza, o Brasil é majoritariamente formado por subcidadãos, visto que uma ampla parcela da população não usufrui plenamente de seus direitos. Essa subcidadania criticada pelo sociólogo é facilmente observada na invisibilidade de um vasto contingente de brasileiros que não possuem certidão de nascimento. Tal contexto excludente é motivado, sobretudo, pelo desconhecimento acerca das formas de obtenção do registro civil, resultando na restrição de um conjunto de garantias constitucionais. Assim, é fundamental a atuação governamental para o combate a esse atentado à cidadania.

Convém ressaltar, inicialmente, a influência da falta de informações na manutenção do grande número de brasileiros sem documentação pessoal. Nesse sentido, segundo o filósofo Immanuel Kant, a ausência de saberes configura um estado de “menoridade”, no qual os indivíduos não possuem autonomia para agir individualmente. Consoante esse pensamento, como uma significativa parcela da população desconhece as alternativas para a formulação de seu registro civil, ela se torna incapaz de buscar a posse dessa garantia fundamental. Tendo isso em vista, fica evidente que o enfrentamento à desinformação é crucial para a democratização das certidões de nascimento no Brasil e, conseqüentemente, para erradicar a subcidadania.

Por conseguinte, a inexistência da identificação pessoal limita a consolidação de outros direitos imprescindíveis, perpetuando a invisibilidade e a supressão da cidadania de muitos habitantes do país. Nessa perspectiva, é lícito citar que, de acordo com o sociólogo Thomas Marshall, um verdadeiro cidadão deve exercer efetivamente suas garantias civis, sociais e políticas previstas constitucionalmente. Contudo, indo de encontro à definição de Marshall, a ausência do registro civil priva o indivíduo de gozar dos dois últimos direitos descritos, uma vez que, sem esse documento, ele não pode se cadastrar em programas de cunho social nem obter o título de eleitor. Dessa forma, é imperiosa a expansão do acesso a certidão de nascimento para que a condição cidadão efetivamente vigore no Brasil.

Portanto, urge que medidas de esclarecimento sejam tomadas pelo governo federal a fim de combater esse panorama de “pessoas invisíveis” no país. Para isso, com o objetivo de informar a população carente sobre as formas de receber seu registro civil, cabe ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – órgão responsável pela implementação de políticas referentes às minorias sociais – organizar comitês de funcionários para visitar as casas dessa parcela populacional e abordar os caminhos de se obter essa documentação. Isso deve ser feito por meio de pesquisas que localizem as principais áreas onde há carência de certidões e os visitantes devem ser psicólogos que trabalhem com grupos sociais com poucos recursos financeiros, para que saibam usar uma linguagem adequada para informá-los. A partir disso, será possível alcançar a cidadania descrita por Marshall.

COMENTÁRIO

A participante demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, uma vez que a estrutura sintática é excelente e há presença de apenas um desvio. No segundo parágrafo, observa-se um desvio de regência no trecho “... o enfrentamento à [da] desinformação é crucial para a democratização”.

A participante demonstra excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. Ela apresenta introdução em que se inicia a discussão, desenvolvimento com justificativas que comprovam seu ponto de vista e conclusão que encerra a discussão. O tema é abordado de

forma completa já no primeiro parágrafo, no qual a participante afirma que grande parcela da população não usufrui de seus direitos porque não possui certidão de nascimento. Com relação à utilização de repertório sociocultural de maneira produtiva e pertinente à discussão, observa-se que isso ocorre já no primeiro parágrafo, no qual a participante parte do pensamento do sociólogo Jessé Souza para apontar a existência de subcidadãos, sem registro civil, no Brasil. No segundo parágrafo, utiliza-se o pensamento de Immanuel Kant para discutir que, sem informações sobre a importância do registro civil, a população não possui autonomia para agir. Já no terceiro parágrafo, para tratar das consequências da falta de registro civil, a participante faz uso do pensamento do sociólogo Thomas Marshall para contrapor-lo à situação observada no Brasil, na qual pessoas sem registro não podem usufruir de seus direitos de cidadão. Por fim, para ilustrar o objetivo da proposta de intervenção sugerida, a participante retoma o conceito de cidadania de Thomas Marshall.

Percebe-se, também, ao longo da redação, a presença de um projeto de texto estratégico, com informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, desenvolvidos de forma consistente e bem-organizados em defesa do ponto de vista. A participante inicia apresentando o problema que pretende discutir – que, no Brasil, uma parcela da população, por não ter registro civil, não pode usufruir de seus direitos, configurando a subcidadania –, sua causa – o desconhecimento sobre como obter o registro – e a solução para esse problema – atuação governamental. No parágrafo seguinte, a participante discute, então, de que forma a falta de informação impede o registro dessa parcela da população. Já no terceiro parágrafo, aprofunda-se a discussão sobre a necessidade de se buscar esse registro para a garantia do acesso à cidadania de toda a população. Por fim, no último parágrafo, a participante propõe soluções para o problema apontado, sugerindo a promoção de campanhas de informação comandadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com o intuito de promover o registro civil.

Quanto à coesão, observa-se, nessa redação, um repertório diversificado de recursos coesivos, sem inadequações. Há articulação tanto entre os parágrafos (“Por conseguinte”, “Portanto”) quanto entre as ideias dentro de um mesmo parágrafo (como “visto que”, “seus direitos”, “essa subcidadania”, “Tal contexto”, “sobretudo”, “acerca de”, “Assim”, “esse atentado”, no 1º parágrafo; “Nesse sentido”, “segundo”, “no qual”, “Consoante esse pensamento” “seu registro civil” “ela”, “dessa garantia”, “isso”, “consequentemente”, no 2º parágrafo; “Nessa perspectiva”, “de acordo com”, “suas garantias civis”, “Contudo”, “uma vez que”, “esse documento”, “Dessa forma”, “para que”, no 3º parágrafo; e “a fim de”, “esse panorama”, “Para isso”, “a fim de”, “dessa parcela populacional”, “essa documentação”, “por meio de”, “onde” “para que”, “los” – em “informá-los” –, “A partir disso”, no 4º parágrafo).

Por fim, a participante elabora proposta de intervenção muito boa: concreta, detalhada, articulada à discussão desenvolvida no texto e que respeita os direitos humanos. A proposta apresentada sugere que se organizem comitês de funcionários do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para visitar a população sem registro civil e informá-la sobre como conseguir o registro civil.



LEIAS MAIS, SEJA MAIS

Com certeza você já ouviu falar que, para escrever bem, é preciso ler muito. Pois bem, isso é verdade. A leitura frequente e diversificada colabora com a escrita em vários aspectos:

- Amplia o vocabulário, possibilitando que nossa expressão na linguagem formal, exigida em exames como o Enem, seja cada vez melhor, ajudando-nos a fazer bom uso de sinônimos e articuladores argumentativos.
- Diversifica nosso repertório sociocultural, contribuindo para a seleção de ideias, fatos e informações que podem ser utilizados na construção de argumentos sobre os mais variados temas.
- Permite-nos enxergar outras possibilidades de construção da argumentação, proporcionando bons exemplos de como defender um ponto de vista – demonstrando, por exemplo, como antecipar e rebater contra-argumentos.
- Expande nossa visão de mundo, auxiliando-nos a compreender a complexidade das relações humanas e a nos colocar no lugar do outro. Isso facilita, por exemplo, a elaboração de propostas de intervenção concretas e bem articuladas ao tema proposto.

Para isso, é importante buscar fontes de leitura variadas e de qualidade, desde obras literárias até artigos de divulgação científica, em diversos suportes: livros, revistas, sites de faculdades, blogs etc.

Fique atento também aos assuntos trabalhados em sala de aula ou que são destaques nos noticiários e pesquise sobre eles, tomando o cuidado de verificar a veracidade das informações

apresentadas. Procure ouvir os dois lados de uma discussão e leia os pontos de vista contrários e favoráveis ao assunto pesquisado, pois isso certamente ampliará seu horizonte argumentativo. Nesse percurso, você poderá descobrir, além de novos recursos para auxiliá-lo na elaboração de seus textos, outros interesses: um novo escritor preferido, uma ideia interessante para um projeto da escola, um ponto de partida para uma carreira promissora etc.

Enfim, a leitura realmente pode nos ajudar a escrever melhor, na medida em que amplia nosso entendimento da língua, do mundo e das relações humanas, trazendo para nossos textos não apenas novas palavras, mas ideias mais maduras, articuladas e fundamentadas, seja no contexto de uma prova, como é a redação do Enem, seja em outras tantas situações cotidianas permeadas pela escrita.

BOA LEITURA E BONS ESTUDOS!



(cc) BY-NC

VENDA PROIBIDA

